

Este número da Revista Teoria e Prática da Educação foi organizado sob a responsabilidade especial do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil (GEEI). A participação de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação e acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal Fluminense foi decisiva para a composição deste dossiê.

Os artigos presentes nesta publicação favorecem estudos e reflexões sobre questões afetas às discussões atuais referentes à Educação integral. Os textos em geral se harmonizam com a ideia de que urge que se intensifiquem pesquisas e proposições que possam favorecer intervenções educativas humanizadoras nas insituições de ensino formal em nosso país.

Partimos do entedimento de que as instituições educativas só se justificam se, em todos os espaços e em todo tempo, ocuparem-se do desafio de disponibilizar às crianças as máximas elaborações humanas, em outras palavras, significa assinalar que na organização do ensino devemos priorizar a defesa do desenvolvimento do espírito altivo, a arte e o conhecimento (CHAVES, 2014). Nessa perspectiva, os textos que compõem este documento, oriundos de diferentes regiões do país, apresentam desafios, sejam no âmbito legal ou no que diz respeito às ações educativas. Já é tempo de efetivarmos debates e ações educativas com vistas ao máximo desenvolvimento de professores e escolares, sobretudo pelo fato de termos em evidência o Plano Nacional de Educação.

Experiências e proposições que se iniciaram em diferentes regiões do Brasil nos possibilitam compreender – ainda que inicialmente – o percurso de efetivação da Educação integral, tendo em questão as peculiaridades de cada espaço geográfico de nosso país.

Nesse sentido, no primeiro artigo, de Celso Carvalho e Raimundo Nonato de Carvalho Júnior, denominado **O debate sobre a educação integral na produção acadêmica recente: democratização do ensino ou assistencialismo em educação?**, são apresentados estudos iniciais referentes à produção acadêmica sobre Educação Integral. A reflexão dos autores pondera que em geral, nas elaborações localizadas desde 2007, há publicações que consideram essa educação como possibilidade de democratização do ensino, condição esta que por vezes não se firma em virtude do caráter predominante de assistencialismo e reparação das desigualdades sociais.

O artigo **Proteção integral ou educação integral? Concepções nas políticas educacionais de tempo integral**, de autoria de Luisa Figueiredo do Amaral e Silva, Alessandra Victor Nascimento Rosa e Érika Christina Gomes de Almeida, apresenta estudos desenvolvidos e em curso sobre as concepções de Educação Integral, identificadas em documentos da esfera federativa de 2001 a 2014. A exemplo do artigo primeiro deste dossiê, de forma geral, predomina a ideia de “proteção integral” e, como tem ocorrido nos últimos anos, as ações educacionais têm se caracterizado assistencialistas.

No artigo **Repensando a educação integral: o tempo e o espaço na escola de educação integral**, Cristiane Elvira de Assis Oliveira e Luka de Carvalho Gusmão elaboram reflexões que consideram o conceito de Educação integral e sua relação com os aspectos ideológicos que tem se apresentado ao longo da história. O texto argumenta em favor da superação da fragmentação presente em algumas instituições escolares e que, por conseguinte, se reafirma no cotidiano do trabalho pedagógico.

No artigo **Intersetorialidade e Educação Integral : provocações para um debate em rede**, Aline Regina Gomes, Kátia Regina de Sá e Marcos Gracia Neira abordam a ação intersetorial constante nas proposições do Programa Mais Educação. Contempla também a importância da participação e debate de todos os setores da sociedade no tocante à Educação integral proposta pelo Governo Federal. Os autores, tendo por base as experiência do município de Belo Horizonte, Minas Gerais, advertem sobre a necessidade de compreender os impedimentos para o alcance da anunciada intersetorialidade da Educação integral.

No artigo **A escolarização em tempo integral no “chão da escola”: indicativos para o debate**, de Rosimar Serena Siqueira Esquinsani trata da Educação integral e da necessidade de se considerar o “chão da escola”, para que se avance na organização escolar em tempo integral.

No artigo intitulado **A prática pedagógica diante das políticas públicas de educação em tempo integral: tecendo olhares**, de Nadja Regina Sousa Magalhães, Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimeto e Joelson de Sousa Moraes, há a reflexão sobre a Educação Integral com vistas ao desenvolvimento físico, intelectual e afetivo, a exemplo das elaborações que estão contempladas neste dossiê. Há ponderações relativas a uma instituição escolar municipal de Caxias, no estado do Maranhão, e somos convidados a refletir sobre os limites e possibilidades de algumas iniciativas de política pública educacional.

O artigo intitulado **A percepção de professoras sobre a implantação de escolas de tempo integral**, de Antonio Marcos Dorigão, analisa a percepção de professoras do Ensino Fundamental sobre a implantação da Educação Integral no município de Apucarana, Paraná. Para o autor, o êxito do desafio pressupõe a participação da comunidade, uma atenção significativa à formação dos professores e às práticas pedagógicas.

O artigo **Planejamento municipal da Educação Integral em tempo integral com vista ao plano municipal de educação**, escrito por Heike Schimitz, Aila Santana de Amorim Silva e Valdson José de Santana Junior, discute a necessidade de que no processo de implantação da Educação Integral cada município da Federação harmonize suas proposições com o Plano Nacional de Educação, elegendo como universo da pesquisa o município de Lagarto, Sergipe, cuja implantação da Educação integral ocorreu a partir da adesão do Programa Mais Educação. Os autores indicam a necessidade de aprimoramentos no tocante à sistematização e monitoramento das ações para maximizar o trabalho educativo.

O artigo **Ampliação do horário e do espaço escolares: proposta do estado de São Paulo (2012)**, de Edmilson Lenardão e Maria Terezinha Bellanda Galuch, analisa as recentes políticas de ampliação do horário e do espaço escolares no Brasil, focalizando o Programa Escola Aberta (PEA) e o Programa Mais Educação (PME), seus conceitos e objetivos voltados ao desenvolvimento humano, bem como as premissas político-pedagógicas de que esses programas lançaram mão para alcançar suas finalidades

No artigo de Marta Chaves, intitulado **Educação integral e intervenções pedagógicas: contribuições e proposições da Teoria Histórico-Cultural**, são apresentados alguns estudos, tendo por base trabalhos empreendidos em diferentes localidades do estado do Paraná. As ponderações consideram as realizações que se amparam nos escritos da Teoria Histórico-Cultural, referencial julgado essencial quando se tem em questão a defesa da educação humanizadora. No artigo, a autora defende que o elemento primordial, quando se discute a Educação Integral, não está centrado na ampliação do tempo ou da jornada escolar; a Educação Integral apresenta-se como uma das poucas e talvez a última oportunidade para os escolares atribuírem sentido e significado ao conhecimento e à arte.

Na resenha que compõe o presente número da Revista Teoria e Prática da Educação, sistematizada por Vinícius Stein, Patrícia Lais Souza e Paula Felício Gonçalves, a partir do livro “Educação Integral: histórica, políticas e práticas”, organizado por Lígia Martha C. da Costa Coelho, é apresentada a discussão dos autores que integram o livro, onde busca-se refletir acerca da Educação Integrada em suas diferentes concepções e práticas, procedendo, ainda, a análise de experiências de Educação Integral em jornada ampliada, que gradativamente têm sido implantadas na Rede Básica de Educação em diferentes unidades da federação.

Finalizamos esta apresentação expressando a necessidade de que prossigam estudos e reflexões sobre a Educação integral na perspectiva de que se assegure aos professores e escolares, de todas as regiões, a apropriação da cultura maximamente sistematizada pela humanidade, com vistas à emancipação e humanização de adultos e crianças.

Marta Chaves
Zoia Prestes
Organizadoras

REFERÊNCIAS

CHAVES, M. Leontiev e Blagonadezhina: estudos e reflexões para considerar a organização do tempo e do espaço na Educação Infantil. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 3, p. 81-91, Set./Dez. 2014, disponível em http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/28210/pdf_71.

COELHO, L. M. C. (Org.). **Educação integral**: história, políticas e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Rovel, 2013.